



BNDES eleva para R\$ 1 bilhão limite de empréstimos do Fundo Clima: minerais críticos, energia eólica e hidrogênio de baixo carbono estão entre setores beneficiados

Governo teve de recorrer a outras fontes de recursos públicos para substituir o dinheiro que viria do petróleo para o principal instrumento de financiamento climático do país

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) dobrou o teto para financiamentos do Fundo Clima, que passa de R\$ 500 milhões para R\$ 1 bilhão. O novo limite vale para determinados tipos de pedidos de empréstimos, listados pelo banco:

- **Apoio a projetos de minerais críticos e estratégicos e desenvolvimento de materiais que contribuam para a transição energética e descarbonização, considerando as seguintes atividades: beneficiamento, refino, transformação mineral ou fabricação de insumos estratégicos utilizados em baterias, motores elétricos e veículos eletrificados;**
- **Desenvolvimento, construção, instalação e expansão de capacidade para produção ou adoção de combustíveis alternativos ou derivados de resíduos;**
- **Soluções para conversão de biomassa em produtos energéticos, incluindo vapor, calor e biogás;**
- **Conversão de biomassa em produtos de alto valor agregado;**
- **Energia eólica;**
- **Armazenamento de energia, bem como pack de baterias, inversores e sistemas de gerenciamento de energia; e**

- **Desenvolvimento, produção e uso de hidrogênio de baixa emissão de carbono, seus derivados e infraestrutura e cadeia produtiva de fornecedores associada.**

A mesma decisão reduziu para R\$ 250 milhões o limite de financiamento para projetos de geração de energia solar que envolvam desmatamento, “com previsão de utilização menor que 50% da área total do empreendimento em áreas degradadas”. O Instituto Talanoa vem defendendo que não sejam financiados projetos de produção de energia solar em áreas de remanescentes de vegetação nativa.

A mudança no limite de financiamento foi feita sem o aval do Comitê Gestor do Fundo Clima, como ocorreu em 2024. O novo limite valerá para a maior parte dos contratos de financiamento pelo braço do Fundo Clima administrado pelo BNDES, que conta em 2026 com R\$ 27 bilhões para empréstimos para empreendimentos que reduzam as emissões ou capturem gases de efeito estufa e para financiar a adaptação às mudanças climáticas.

De acordo com a atualização mais recente dos dados disponibilizados pelo BNDES em sua página na internet, o banco registrou em maio uma primeira operação acima do teto anterior. O contrato, de R\$ 600 milhões, beneficia a empresa de energia elétrica TGR SUBHOLDING 4 S.A.. O dinheiro será destinado à implantação de parques eólicos no Rio Grande do Norte e na Paraíba. A operação reitera a transição energética como o principal destino histórico de recursos do Fundo Clima e também dos contratos em 2026, em volume de recursos.

TABELA 1. AS MAIORES OPERAÇÕES DE 2026 DO FUNDO CLIMA

Valores em R\$ milhões

1	Implantação de parques eólicos com capacidade instalada de 126 MW em municípios do Rio Grande do Norte e Paraíba	600
2	Implantação de usina de produção de etanol com capacidade de processar 930 mil toneladas de milho por ano, no Mato Grosso	500
3	Implantação de usina de etanol com capacidade de processar 1,1 milhão de toneladas de milho por ano, na Bahia	350

Fonte: BNDES/Elaboração Instituto Talanoa

Mais um dado notável sobre o Fundo Clima é a mudança na fonte de recursos públicos usados para o financiamento climático. A previsão original de o petróleo garantir mais de 70% dos recursos do Fundo Clima neste ano foi reduzida a zero neste mês. Os R\$ 31 bilhões que viriam da venda de participação da União em campos do pré-sal foram substituídos por outras fontes da União, de acordo com dados do Tesouro Nacional.

A origem do dinheiro prevista na Lei Orçamentária Anual seria o sexto leilão de petróleo da União, adiado para 26 de agosto, por conta das instabilidades no mercado internacional de petróleo. A expectativa é que sejam vendidos mais de 115 milhões de barris de seis campos do pré-sal.

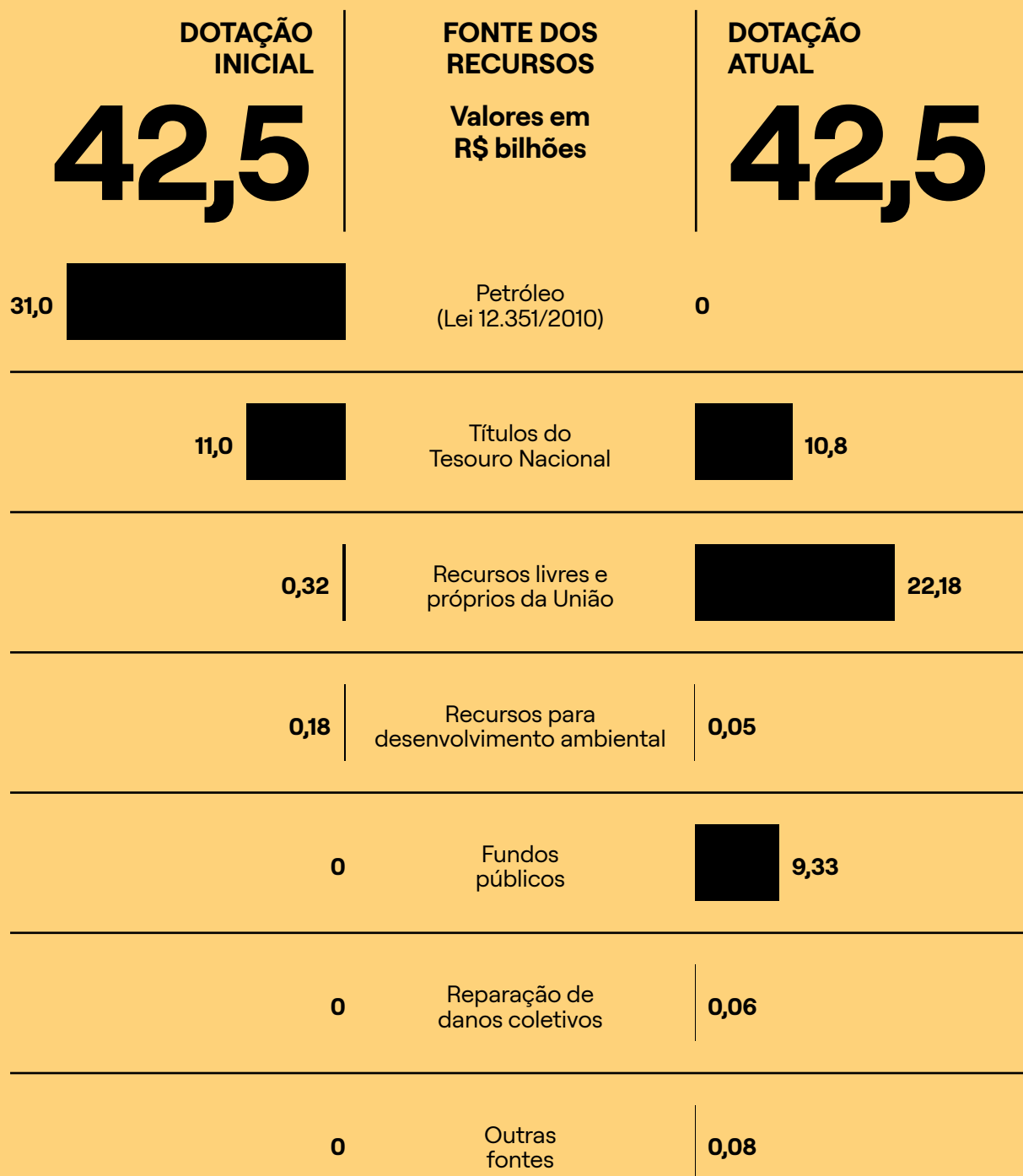
O fim da expectativa de que o petróleo ajudaria a financiar a transição para uma economia de baixa emissão de carbono

e a combater os impactos da mudança climática em 2026 representa um movimento importante no financiamento climático no Brasil, que tem no Fundo Clima seu principal instrumento. E acende um alerta sobre a continuidade do Fundo Clima com volumes crescentes de recursos públicos a partir de 2027.

Com a saída de cena desses recursos do petróleo, o Fundo Clima passa a contar neste ano com a emissão já realizada de títulos verdes (dívida pública) no mercado internacional como sua principal fonte. O remanejamento de recursos da União e a alocação de dinheiro obtido por meio de fiscalização da Receita Federal completam a autorização de gastos recorde para o Fundo Clima em 2026, da ordem de R\$ 42,5 bilhões, destinados majoritariamente para empréstimos via BNDES e para operações de atração de capital privado e estrangeiro, por meio do EcoInvest.



GRÁFICO 1. A MUDANÇA NA FONTE DE RECURSOS DO FINANCIAMENTO CLIMÁTICO



Fonte: Siop/Elaboração Instituto Talanoa

O segundo maior empréstimo contratado em maio (R\$ 200 milhões) contribui tanto para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa como para a adaptação à mudança climática. Trata-se de projeto para a proteção e a restauração de um total de 49,4 mil hectares de áreas degradadas de Cerrado no Mato Grosso do Sul.

A adaptação climática é destino de parte de outro empréstimo, de R\$ 100 milhões, também contratado em maio pelo município de Fortaleza. Parte do dinheiro será destinada a obras de infraestrutura urbana. Entre os pedidos de empréstimos feitos por Estados e municípios, com transparência desde a fase de análise das operações, o BNDES registra três novos pedidos de financiamento em maio, um do Estado do Acre e outros dois por municípios de São Paulo – Osasco e outro não nomeado nos dados divulgados.

O mês de maio também registra o financiamento à implantação de corredor verde em São Paulo, com a compra de veículos pesados e a instalação de tanques de biometano para o seu abastecimento.

Entre janeiro e maio, os financiamentos do Fundo Clima por meio de operações não automáticas somam R\$ 3,6 bilhões, de um total de R\$ 27,5 bilhões previstos neste ano. Nesse mesmo período, o BNDES registra a aprovação de R\$ 4,3 bilhões de empréstimos. A diferença, de cerca de R\$ 700 milhões, refere-se a operações ainda não contratadas e das quais não se tem notícia do destino dos recursos. O nome do beneficiário e o objetivo do financiamento só ficam claros após a efetiva contratação do empréstimo.

O BNDES divulga os contratos fechados com recursos do Fundo Clima com um atraso de um mês. No início de julho, foram divulgadas na página⁽¹⁾ do banco as operações fechadas até o final de maio. O BNDES também divulga número de contratos e valores dos empréstimos a partir de operações aprovadas, uma etapa anterior à efetiva contratação do empréstimo.

Até maio, o banco contabiliza que os empréstimos aprovados em 2026 irão contribuir com a redução ou a remoção de 59,2 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente das emissões brasileiras de gases que provocam o aquecimento global

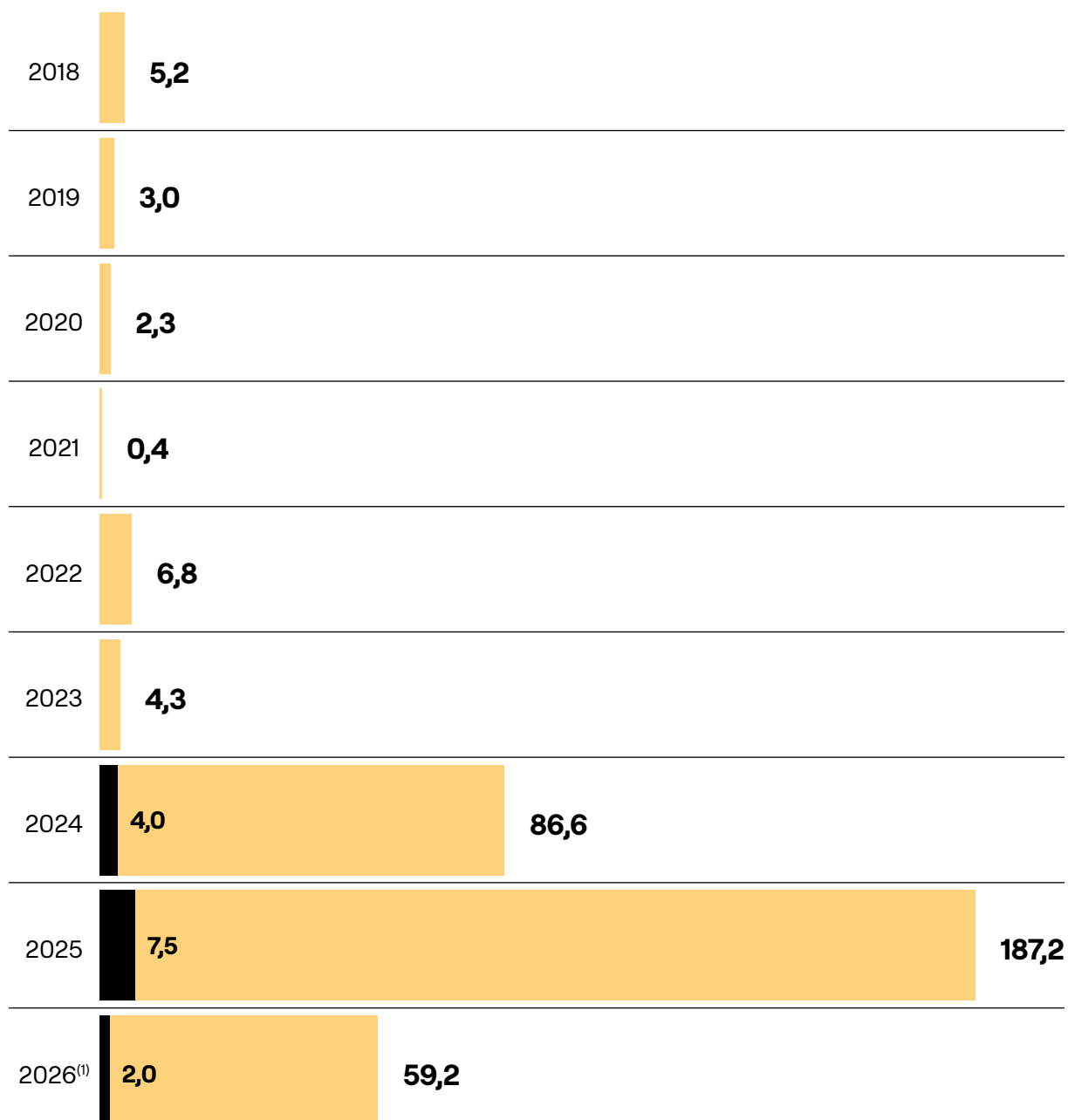
(1) <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/centraldedownloads/#>



**GRÁFICO 2. EMISSÕES EVITADAS OU REMOVIDAS DE GEE
DOS PROJETOS APROVADOS PELO FUNDO CLIMA**

Em milhões de toneladas de CO₂e

■ Durante a vida útil dos projetos ■ A cada ano



(2) Até maio
Fonte: Painel Fundo Clima/BNDES

Considerações finais

AINDA QUE OS EMPRÉSTIMOS DESTINADOS À ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS TENHAM AVANÇADO, O FUNDO CLIMA AINDA NÃO CONTA COM UM INDICADOR DO IMPACTO DESSAS OPERAÇÕES, COMO A ESTIMATIVA DE EMISSÕES EVITADAS É PARA OS FINANCIAMENTOS À MITIGAÇÃO.

Esse indicador de resultado do financiamento à adaptação ainda está em discussão no Comitê Gestor do Fundo Clima. O BNDES tem considerado não apenas os empréstimos destinados à adaptação para entes da federação, como também o financiamento à restauração florestal, por exemplo.

Até maio, os empréstimos aprovados para a adaptação já representavam 66% do que foi financiado

no ano passado inteiro, sugerindo um avanço no ritmo das operações. Parte das operações tem impacto tanto para reduzir as emissões como para promover a maior resiliência climática. No caso de projetos florestais, esse impacto é claro. Mas há operações para a compra de máquinas e equipamentos em que esses objetivos não ficam tão claros, como os boletins da Talanoa têm alertado.



institucional@institutotalanoa.org



[@institutotalanoa](https://www.instagram.com/institutotalanoa)



[Instituto Talanoa](https://www.linkedin.com/company/instituto-talanoa)